

PATRIMÔNIO, CONTINUIDADE OU RUPTURA NO USO E NAS REPRESENTAÇÕES DOS LUGARES?ⁱ

(HERITAGE, CONTINUITY OR BREACH IN THE USE AND REPRESENTATIONS OF PLACES?)

(LE PATRIMOINE, CONTINUITÉ OU RUPTURE DANS L'USAGE ET LES REPRÉSENTATION DES LIEUX)ⁱⁱ

58

RESUMO

Trabalho apresentado em “Jornades Nacionals de Patrimoni Etnològic: La protecció i conservació del patrimoni etnològic immoble”, na cidade de Barcelona - Espanha, em novembro de 2010, o autor questiona a existência de uma continuidade ou de uma ruptura do patrimônio em suas esferas social e institucional. Aborda o patrimônio como uma problemática antropológica e traz casos empíricos de construção patrimonial social e institucional os quais servem de exemplo para que se posicione frente à existência de uma ruptura patrimonial quando se trata da técnico institucionalização do patrimônio.

Palavras-chave: Patrimônio, Ruptura, Continuidade

ABSTRACT

Paper presented in "Jornades nacionals de Patrimoni Etnològic: La Protecció i conservació del patrimoni etnològic immoble" in the city of Barcelona - Spain, in November 2010, the author wonders to the existence of a continuity or rupture heritage in their social and institutional spheres. Approaches heritage as an anthropological problem and provides empirical cases of social and institutional heritage construction which serve as examples to position himself to the existence of a heritage rupture when it comes to techno institutionalization.

Key-words: Heritage, Rupture, Continuity

RÉSUMÉ

Article présenté dans "Jornades nacionals de Patrimoni Etnològic: La Protecció i conservació del Patrimoni Etnològic immoble" dans la ville de Barcelone - Espagne, en Novembre 2010, l'auteur se interroge à propos de l'existence d'une continuité ou d'une rupture du patrimoine dans leurs sphères sociales et institutionnel. Traite le patrimoine comme un problème anthropologique et apporte des cas empiriques de la construction du patrimoine social et institutionnel lesquels servent comme exemples pour se positionner face à l'existence d'une rupture patrimonial quand il se agit de la techno institutionnalisation du patrimoine.

Mots-clés: Patrimoine, Rupture, Continuité

Michel Rautenberg

Professor de sociologia da Universidade de
Jean Monnet – Saint Etienne
Michel.Rautenberg@univ-st-etienne.fr

UMA PROBLEMÁTICA ANTROPOLÓGICA DO PATRIMÔNIO

O patrimônio tem sido frequentemente tratado pelas ciências sociais em abordagem abrangente, de um modo geral nas esferas da política, da simbologia, da ciência ou da economia:

- Com base nas políticas públicas, analisa-se o patrimônio como uma forma de administração territorial, insistindo-se sobre as regulamentações, procedimentos implementados nas áreas de domínio dos monumentos históricos, museus, escavações arqueológicas;
- Considerando o patrimônio como emergência de um bem público novo, em substituição a outros relatos históricos (a história do país, por exemplo) ou completar a gama do que une a nação, ou grupo;
- Há também numerosos discursos de cientistas e especialistas, vindos da História ou a História da Arte, que vão qualificar o objeto ou o sítio patrimonial, inscrevendo-os em séries (arte barroca, o patrimônio de Le Corbusier, o patrimônio Catalão, o patrimônio etnológico...), são as abordagens mais correntes, mais eruditas, mais antigas, sobre as quais se apoiam tradicionalmente os serviços patrimoniais da Coletividade pública;
- O patrimônio como recurso é provavelmente o mais popular hoje em dia, recurso para o turismo, para o desenvolvimento urbano e rural, para a agricultura, para a economia, etc.

O que eu gostaria de propor, é outra abordagem que se baseia sobre a constatação de que hoje o patrimônio não é mais principalmente das instituições, quer administrativas, econômicas ou científicas, mas que advém de uma apropriação do mundo pelas pessoas, uma apropriação daquilo que as envolve, daquilo que elas valorizam e querem preservar e, possivelmente, transmitir.

Para desenvolver este problema, devemos considerar dois pré-requisitos:

1. As pessoas que se envolvem em uma ação patrimonial podem desempenhar vários papéis. Elas podem ser os moradores, os funcionários do governo, pesquisadores, aposentados, estudantes etc... e cada pessoa pode ser sucessivamente habitante, pesquisador e aposentado, de acordo com as situações em que ela é examinada ou observada. Por exemplo, um pesquisador aposentado, especializado em patrimônio industrial de Saint-Etienne, vivendo próximo de um local poderia ser considerado:

- Como um residente, já que o lugar próximo de onde habita é patrimônio por causa da impressão de permanência do comportamento e das relações sociais que ali são observadas, arquitetura civil do século 19 bem conservada, lojas em cada porta, a presença de mercado 2 ou 3 vezes por semana; este habitante combina seu ambiente urbano com o que poderia ser chamado de seu "conforto de identidade" laços de convivência estabelecidos entre locais e vizinhos com que ele cruza a cada dia; e o cruzamento deste ambiente familiar e de pessoas familiares tem para ele uma dimensão patrimonial;

- Enquanto aposentado, tendo sempre vivido no bairro, essa intimidade com os lugares e as pessoas toma uma dimensão especial, pois está intimamente associada com a sua biografia;
- mas em suas atividades de pesquisador, ele relativizará a dimensão patrimonial do lugar porque lugares como este há uma dúzia em Saint-Etienne, outros são ainda mais representativos da história social e laboral da cidade ou melhores preservados;
- No entanto, como membro de um comitê que aconselha sobre a preservação de sítios urbanos da cidade, ele considerará que este lugar merece ser protegido para evitar a construção de um edifício do qual ele não aprove a arquitetura e que considera que poderia distorcer a harmonia visual do lugar.

2. Esta abordagem pragmática do patrimônio que interessa a este pensamento, sobre o que dizem e fazem os indivíduos, é que me parece particularmente adequado para se compreender a patrimonialização, tal qual é desenvolvida hoje na Europa. No entanto, torna-se difícil explicar as constantes mais ideológicas ligando todos esses modos de dizer e fazer patrimoniais. Os atores sociais têm rotinas. Eles se posicionam de acordo com os seus estatutos. Cada pessoa fala de um ponto de vista, mas que pode ser mais ou menos reduzida a uma posição na sociedade, a um estatuto social, para rotinas. E nós vivemos em um mundo de comunicação que orienta os discursos, os comportamentos, as representações. As pessoas leem jornais, ouvem rádio, veem televisão, conversam com outros. Elas influenciam umas as outras e mantêm a pegada dessas mudanças e ações passadas. Desenvolvem-se assim o que Durkheim chamou "correntes de pensamento" que orientam mais ou menos fortemente nossas atitudes, nossos discursos, nossas representações. É o que Appadurai chamou de o "fluxo de imaginação e imagens". Portanto, esta concepção pragmática do patrimônio deve ser cruzada com uma antropologia do imaginário social.

Lanço, assim, a tese de que existe uma "corrente de pensamento" ou um fluxo de imaginação que pode ser chamado de "patrimônio", o qual marca profundamente a nossa relação com o ambiente físico. Esta corrente de pensamento patrimonial, realizada por uma ideologia patrimonial antiga, a qual Benedict Anderson mostrou que era constitutiva da construção das nações. Mas essa ideologia patrimonial/nacional agora está sem fôlego. Ela é substituída por outra ideologia patrimonial, segundo a qual o patrimônio oscila entre ser um atributo da proximidade, de familiaridade, de intimidade, diria Herzfeld, e expressar a finitude do mundo, sua não reprodutibilidade, sua fragilidade contra a qual tenta-se resistir. O patrimônio representa, portanto, o que está próximo e precioso porque ele é aquilo que procuramos preservar para durar em um mundo frágil. É uma relação com o espaço/tempo em que procuramos estender a durabilidade dos lugares; ou então imprimir fisicamente o tempo em lugares para fazer crer que ele passa menos rápido.

Notamos, no entanto, que este patrimônio advém de uma construção do imaginário ocidental, de um conceito ocidental moderno do tempo que passa. Ele está ligado à nossa inquietude, que é uma nova dimensão do patrimônio que preside sua concepção no século 19 e durante grande parte do século 20. Se alguém se desloca para a China, Japão, Índia, talvez até mesmo para os Estados Unidos, este sentimento de fragilidade do mundo talvez não seja tão compartilhado e o patrimônio carregue outros valores.

Assim, vemos dois pontos: o que pode fazer uma compreensão pragmática da abordagem do patrimônio; e como esse patrimônio é construído em um ambiente ideológico e imaginário que deve ser levado em conta.

EMOÇÕES E COMPROMETIMENTO PATRIMONIAL

Em Ruptura Patrimonial, eu desenvolvi a idéia de que o patrimônio resultaria de uma ruptura de sentido: para tornar-se patrimonial, o objeto deveria mudar de status, ele passaria de um repertório de significado e de uso, para um outro repertório de significado e de uso. A patrimonialização seria o processo pelo qual o objeto mudaria de estatuto.

1) Partindo da premissa de que o patrimônio é inalienável e irrevogável, cheguei à conclusão de que os objetos patrimoniais uniriam seus estatutos de extra normalidade: o exemplo paradigmático é aquele da igreja protegida como monumento histórico, lugar santo pelo departamento religioso que seria em seguida consagrado pela unção patrimonial cultural, conservando seu estatuto de excepcionalidade. O patrimônio não pode ser vendido (mas sua inalienabilidade não é sistemática) e não pode voltar atrás (ele é irrevogável).

2) Os procedimentos da patrimonialização, sejam institucionais ou sociais, seriam aqueles onde seria permitidas essas mudanças de estatuto do objeto. De um lado o estudo, a especialização, o reconhecimento, o registro em uma classe de objetos ditos patrimoniais; de outro lado o reconhecimento social, ligado a um desejo coletivo de se identificar com um lugar, um objeto, uma prática ou uma história. Eles ajudam a construir um novo valor, em vez de objeto com base em seu uso, mas sobre sua antiguidade, sua representatividade etc. para retomar as antigas análises de Alois Riegl.

3) Concluí a existência de duas formas patrimoniais: um patrimônio por destino, patrimônio institucional concebido por "cima", que colocou os objetos banais e comuns no círculo fechado de objetos de arte; e o patrimônio por apropriação, patrimônio social que resultaria dos investimentos sentimentais, políticos e sociais de pessoas e de grupos que pretendem significar uma relação com o tempo, com base na continuidade, mesmo que a interpretação do objeto herança seja fundamentalmente diferente.

Esta tese foi comentada por Jean Louis Tornatore. Para Tornatore, por um lado, a ruptura viria de uma ilusão de ótica, de uma forte focalização do olhar sobre os objetos e sobre as políticas públicas que os produzem; por outro lado esta abordagem faria uma distinção muito rígida entre memória e patrimônio: o processo de patrimonialização seria complexo, diverso; memória e patrimônio se recobririam, mas se oporiam. A memória sobre um objeto ou um lugar vindo instruí-lo igualmente antes e depois da patrimonialização institucional.

Tornatore faz parte de uma sociologia do patrimônio que tem se desenvolvido nos últimos anos, aquele que indexa o processo de patrimonialização às emoções coletivas. Ele acrescenta uma abordagem inspirada nos dispositivos de Michel Foucault quando associa uma sociologia dos regimes assumidos em Boltanski. Haveria dispositivos patrimoniais, ao invés de objetos patrimoniais por si mesmos, dispositivos compostos por várias partes interessadas, tais como ativistas, profissionais, pesquisadores e autoridades públicas, que promoveriam valores patrimoniais mobilizando estética, antiguidade ou ligação identitária - que encontramos nos critérios

de Riegl. Um dos principais regimes de ação desta patrimonialização seria a emoção e a partilha de afetos.

Assim, “Todo patrimônio é o fruto de uma emoção que o funda”, seja o vandalismo revolucionário na França ou a destruição das salas Baltard em Paris. Esta emoção irá contribuir para agregar o sítio ou o edifício em questão a novo valor social, que pode estar muito longe da ortodoxia histórica, arquitetônica ou artística que preside geralmente aos critérios institucionais de reconhecimento do patrimônio. Para ilustrar esta abordagem pragmática, considere um exemplo sobre o qual a minha equipe trabalhou. Corine Védrine investigou um bairro de classe operária no bairro de Saint Etienne, o bairro du Soleil, que foi a área mais importante dos mineiros da cidade - berço da industrialização francesa no final do século 18. E durante boa parte do século seguinte foi o primeiro lugar na produção de carvão francês. Seu estudo ajuda a entender como os habitantes de um bairro se engajam nas formas de patrimonialização de seus espaços de vida.

Bairro de mineiros, hoje a mina é apenas um elemento dentre outros elementos memoriais mobilizados pelos habitantes. De alguma forma, a mina desertou o bairro e há uma boa chance de que com a morte dos últimos mineiros e quando coberta por vegetação, a mina seja esquecida: para as pessoas jovens, com menos de 30 anos, a mina não é considerada. Ela é o museu mineiro, no outro extremo da cidade. As implantações de “colônias” de mineiros poloneses ou espanhóis, ou a memória da implantação e de alguns poços já estão apagadas. Os grupos de memória (pessoas entre 50 e 82 anos) evocam mais facilmente os antigos comércios do bairro, o “bairro vermelho”, que sempre foi rebelde em relação à cidade, como no bombardeio americano ocorrido em 1944.

No entanto, mesmo para além dos grupos de memória, as pessoas estão fortemente ligadas a esta área: o número de pessoas que a deixou vem participar dos grupos de memórias, fazer as suas compras ou ser enterrados. Diz-se do distrito: “é a minha aldeia”, mesmo quando saímos. O que “faz patrimônio” para os habitantes são os pontos de referência que permitem uma leitura espaço-temporal do bairro: os antigos banhos, a igreja e a Praça Garibaldi, a escola, a mesquita, os jardins dos trabalhadores. Ao redor destes lugares constitutivos de uma “imagibilidade” histórica (Lynch) do bairro se misturam relatos memoriais: os lugares não são imagináveis sem as histórias que com eles estão. A escola foi bombardeada por engano, os jardins dos trabalhadores locais de intercâmbio entre comunidades, a mesquita construída recentemente, o que quer dizer que as relações com os estrangeiros mudaram de natureza, está se mobilizando um discurso de desconfiança para com os “Magrebinos”.

Vemos que, partindo de um ponto de vista que não é o do objeto patrimonial e histórico, não é a história que contribui em forjar a memória do patrimônio social, é antes de tudo a lembrança das emoções coletivas: os traumas do bombardeio que fez centenas de mortes; o encerramento da última entrada da mina que é visto como o símbolo do fim de um mundo dividido; as lembranças partilhadas entre os filhos dos trabalhadores de origens variadas (Poloneses, cabilas, Italianos, Espanhóis, Portugueses), que mais tarde fizeram campanha juntos na CGT e trabalharam nas mesmas fábricas; o conflito da atual geração, que coloca frente a frente antigos imigrantes e filhos de imigrantes argelinos acusados pelos europeus de serem barulhentos e não civilizados.

A estas emoções memoriais respondem atitudes identitárias atuais: “nós somos os esquecidos da cidade” e dos poderes públicos; “é-se uma aldeia”, onde se é solidário; a mistura abençoada de antigamente faz seguir o barulho e as incivildades dos jovens “Magrebinos” e a desconfiança do Islã. Vê-se que o patrimônio das pessoas

entrevistadas não são edifícios ou tradições incorporadas. É um conjunto de relatos, lugares, relações afetivas que procuram manter, apesar de, e de acordo com eles, as políticas públicas.

Voltamos ao nosso exemplo, à luz da abordagem pragmática e dos regimes de ação. O patrimônio dos grupos de memória constituídos pelos habitantes do bairro Soleil não é o resultado de uma política pública que decidiu instalar o patrimônio mineiro e o patrimônio industrial. Ele se baseia em edifícios e lugares, mas aqueles não tem o reconhecimento público especial. O Patrimônio resulta do compromisso desses grupos, de suas discussões, das obras e dos fascículos que publicam, das ações realizadas com a escola. Ele tomou forma na memória coletiva porque é a sedimentação de emoções compartilhadas, algum evento traumatizante é contado, ou, ao contrário, há a nostalgia de uma época passada. Este patrimônio não está em ruptura com a memória e a história, mesmo que seja uma reinterpretação contínua, ele as segue de alguma forma. No entanto, os grupos de memória não estão isolados, fechados em si mesmos; eles trabalham com a escola, com a prefeitura para ajudar na publicação do livro e com a realização de exposições, mobilizam as pessoas que deixaram a área. Eles são conhecidos para além do estreito círculo de seus membros. Fazem parte de um dispositivo memorial e patrimonial que até poderia qualificar de fraco, mas que existe muito bem.

Retomamos Tornatore: Para ele o patrimônio é principalmente uma questão de "sensibilidade para o passado". As políticas e os procedimentos patrimoniais fornecem um quadro institucional que vai ajudar a "esfriar" a relação com o passado, mesmo que a sensibilidade permaneça indissolivelmente ligada à operação histórica da patrimonialização. O pesquisador deve levar a sério a "proliferação patrimonial" porque é uma expressão de valores realizada pela sociedade. Ela é, particularmente, (estou inteiramente de acordo sobre o assunto), uma expressão de respeito ao tempo que mudou profundamente em 2 ou 3 décadas. Com o futuro sendo incerto, vamos olhar o passado, ou pelo menos o imaginário que temos dele - formas de "comuns", laços sociais, projetos coletivos e de solidariedade. Esses projetos são implementados e experimentados no presente através dos "regimes de engajamento" da ação coletiva patrimonial. Esta abordagem mostra que, ao contrário daquela maioria institucionalista que era a minha na "Ruptura patrimonial", a oposição entre o patrimônio instituído pelos cientistas e governos, e a que eu chamava de "patrimônio social" documentado pela memória de habitantes está desfocada: analisando o patrimônio desde os regimes de ação, e não desde o objeto instituído, a patrimonialização institucional não aparece mais senão como um regime de ação entre outros regimes de ação.

A POÉTICA SOCIAL DO MINEIRO E O IMAGINÁRIO PATRIMONIAL

Para resumir, eu diria, até o ponto onde estamos em nossa reflexão, que a problemática da ruptura tal qual proposta em meu livro, capta duas lógicas distintas da patrimonialização: de um lado, a dos atores institucionais e cientistas que exercem a sua autoridade sobre o mundo social e sobre o território, por meio de procedimentos administrativos e regulamentares, e de outro, uma produção social que desenvolve uma concepção patrimonial que pode ser uma alternativa ao anterior, ou a ele é articulado, com base no reconhecimento social dos objetos patrimoniais.

No entanto, vemos que essa "ruptura" faz sentido, sobretudo, ao lado do dispositivo técnico-institucional da patrimonialização. Do lado dos atores sociais, a patrimonialização institucional é, particularmente, mais uma forma de se apropriar, de

se desviar, de combater ou ignorar conforme o caso. Para eles, os objetos não tem valor em si mesmos. Os valores são os investimentos afetivos, sociais, emocionais. Políticas que estão por trás é o que mais importa, e assim, ao lado da noção de ruptura, perde-se muito de sua relevância heurística.

É preciso negligenciar a produção institucional do patrimônio quando se toma o ponto de vista das pessoas? Enquanto antropólogos, somos tentados a privilegiar o estudo da produção social do patrimônio, mas também devemos nos interessar pela produção institucional do mesmo, salvo se consideramos que coexistem dois universos patrimoniais distintos, o que é obviamente impensável. Por exemplo, os moradores do bairro Soleil vão ao museu da mina. Como todos os Stephanois, eles falam deste museu. Ele ocupa um lugar especial em seu imaginário patrimonial, bem como em seu patrimônio local. Mas como uma e outra forma coexistem entre eles?

É ao lado do trabalho de Michael Herzfeld que se encontra uma resposta. A abordagem de Herzfeld leva de alguma forma à concepção pragmática das representações do passado. Ele desenvolve uma antropologia das identidades sociais que toma um lugar importante para as emoções e para os sentidos, mostrando, por exemplo, o papel do humor no desvio dos estereótipos. Para Herzfeld, as identidades coletivas procedem de um duplo movimento, de cima para baixo e de baixo para cima. Há dispositivos institucionais que irão produzir imagens, estereótipos, toda uma iconicidade identitária que vai ser mais ou menos apropriada pelos cidadãos. As instituições culturais, incluindo museus e monumentos históricos, em grande parte, procedem destes dispositivos. No entanto, diz ele, as pessoas não se deixam enganar por aquilo que é feito para fazer ou pelo que lhes é dito. As pessoas jogam com as normas culturais impostas de cima, geralmente a partir do Estado. Há o que chamamos de "dispositivos culturais de poder", parafraseando Foucault, e há o que ele chama de "intimidade cultural".

O Estado, mas poderíamos acrescentar os meios de comunicação, as grandes instituições públicas e coletividades públicas, tendem a reificar e a essencializar a cultura por meio da patrimonialização. Isto é o que fazem o museu e o monumento, mas também a televisão, que transmite imagens e discursos que documentam a patrimonialidade de tal tradição, de tal monumento da história e de tal edifício. Estes dispositivos culturais de poder vão transmitir, por exemplo, o estereótipo de mineiros, como heróis do trabalho, da Resistência (durante a Segunda Guerra Mundial) ou da Revolução Proletária, sempre na vanguarda da luta de classes. São eles que espalham as imagens icônicas do acervo, da picareta e da lâmpada. Mas cada vez mais, a memória coletiva vai além dessas imagens de Epinal: alguns mineiros evocavam seu próprio pânico quando o elevador descia, recusando-se ir ao trabalho, à dureza do trabalho; os mineiros argelinos começavam a falar sobre o racismo que viviam no fundo da mina. E os membros das associações de memória do bairro Soleil, incluíam em sua proposta o politicamente incorreto sobre o racismo contra os jovens magrebinos.

De acordo com Michael Herzfeld, a "cultura" - diríamos a instituição da cultura - tende a reificar as pessoas em categorias as quais as relações sociais transgridem constantemente. Se eu aplicar sua abordagem para o nosso campo, eu diria que a "cultura do mineiro" é acompanhada de ícones (fotos e desenhos do "cavalo cego" que se encontram na maioria dos museus da mina, a "sala dos enforcados", onde os mineiros penduravam suas roupas, imagens de eventos), estereótipos (o mineiro corajoso, herói da modernidade e da classe trabalhadora), emblemas (a lâmpada, o "chevalement" (reunião de cavalos), ou a bandeira vermelha), relatos que misturam o mito e a história (seu papel na Resistência, as catástrofes da mineração, a ausência de racismo).

Assim, criou-se todo um imaginário da mina e do mineiro, organizado em torno de seus “hauts lieux” (o ladrilho, sala dos enforcados, o contrato de trabalho), seus objetos emblemáticos (o lampião cuja chama se extingue com os níveis elevados de monóxido de carbono, a picareta e a britadeira), seus contos heroicos e de suas lendas, de seus heróis dos quais todos sabiam a história (como Michel Rondet, que foi um dos fundadores do sindicalismo da mineração). Objetos, edifícios, lugares, lendas, história mitificada, heróis: toda a imaginação está lá, bem antes do final da mina. Um imaginário que está a serviço de uma identidade social forte, reconhecida por todos e pronta para ser patrimonializada quando chegada a hora.

No entanto, quando se deixa a instituição da cultura para voltar às pessoas e à sua biografia, vê-se que esse imaginário foi constituído em grande parte, de 1936 a 1948, pela CGT e pelo Partido Comunista. Mas ele não foi capaz de suportar a realidade social e histórica. O racismo estava presente em outros lugares como vimos anteriormente. Os mineiros (pelo menos aqueles do Norte, dos quais temos depoimentos), muitas vezes resistiram às palavras de ordem produtivistas procedentes das Carvoarias nacionalizadas. Muitos tinham medo de descer e não se tornaram mineiros, porque podiam fazer outra coisa.

Assim, mesmo o mineiro sendo uma pessoa “desejada” pelo modelo, e vai, mais ou menos, a ela corresponder, também é confrontado com o princípio da realidade, mostrando que há para longe do mito, uma cotidianidade do trabalho. E de acordo com as situações, ele penderá para o lado do modelo, ou em vez disso, para o lado do pragmatismo da situação. Às vezes, é confortável sentir-se parte de uma comunidade de iguais. Por exemplo, nas lutas sociais, vai-se apoiar no estereótipo e sobre o patrimônio instituído, às vezes isto é pesado e dele se escapa.

Então qual é o patrimônio da mina? No *Soleil*, que era como vimos o principal bairro da cidade dos mineiros, ainda há uma memória bem presente do trabalho, bem como a catástrofe social que representou o fechamento dos últimos poços. Mas não há mais sinais tangíveis da atividade de mineração, exceto a pilha amplamente coberta com vegetação que se percebe do outro lado da rodovia. A totalidade dos 14 poços conhecidos por todo bairro foram desmontados. Não há memória sem o patrimônio material da mina. O patrimônio mineiro está concentrado principalmente no Museu Puits Couriot, bem no outro extremo da cidade, local que os antigos mineiros e suas famílias já há abandonaram. Este é um produto da herança “institucional” de uma aliança entre os antigos engenheiros da Escola das Minas, que foi reagrupada na Associação dos Amigos do Museu, do Ministério da Cultura e das elites culturais da cidade. Aliança tensa, por vezes conflituosa, que é construída sobre uma abordagem que valoriza a história das técnicas de mineração, colocando pouco em cena as lutas sociais, os acidentes e a organização hierárquica, quase militar, do trabalho.

No entanto, não parece que os mineiros e suas famílias fogem do lugar. O museu mineiro é o primeiro local na cidade em visita das pessoas. São as escolas e as famílias stefanenses que constituem seu público mais importante. Muitos em Saint-Étienne tinham um tio, um primo, um irmão mais novo, mesmo que tenha sido há muito tempo. A filiação identitária entre a mina e a cidade se faz através deste poderoso imaginário que os acompanha. Há outros museus em cidades vizinhas, montados por sindicalistas do estilo de Ricamarie, ou por antigos contramestres, em Firminy. No entanto, é para Saint-Étienne que vão as famílias dos mineiros quando eles têm visitas: ou seja, eles se apropriaram do lugar como sendo emblemático de uma identidade social a qual eles permanecem ligados. Foi em Couriot que se construiu o patrimônio e a memória da mina. É aqui que acontece a tradicional festa de São Barbe e onde se produzem as bandas de rock que são a imagem apropriada da mina.

Tudo se passa como se, de fato, para as pessoas, para os antigos mineiros e suas famílias, o patrimônio mineiro não estivesse lá para dizer a verdade em toda a sua diversidade, mas apenas para significar algo daquilo que eles são, livres para uns e para outros no sentido de expor seus próprios relatos. Tudo se passa como se, por fim, não fosse levado completamente a sério este patrimônio. Erra-se com a norma patrimonial da mina e se desvia como se erra, quando se era mineiro com seu imaginário canônico do herói.

CONCLUSÃO

66

Então, continuidade ou ruptura no uso dos lugares patrimoniais? Eu diria que a ruptura procede, sobretudo, da patrimonialização institucional. Do ponto de vista das pessoas envolvidas na ação patrimonial, há mais um deslize do que ruptura. Deslize de um regime de uso do objeto ou do lugar, para outro regime de uso no qual o antigo e o novo se sobrepõem e se emaranham, mais ou menos por longo tempo. É assim que podemos entender as formas de comprometimento dos antigos mineiros enquanto guias em museus, mas também a criação de um museu por sindicalistas que ali vão continuar sua luta social e política no museu.

Todavia este comprometimento patrimonial é feito com certa distância, com um toque de humor. Os atores sociais seguem menos o que se pensa das categorias propostas pelos poderes públicos e pelos especialistas, mas eles não as rejeitam até agora, embora eles falem muito pouco deles mesmos. Eles finalmente desfrutam de uma patrimonialização, deixando seu controle sobre os relatos pessoais que manterão com seus entes queridos. É muito significativo que o museu mais institucional, aquele que fez o jogo da ruptura, receba mais visitantes do que Firminy ou Ricamarie que têm uma dimensão mais militante no museu Puis Couriot. O patrimônio está lá para emblematizar uma história, ele segue o imaginário do mineiro heroico.

Então, eu diria que a ruptura do patrimônio existe, apoiada pelas instituições culturais, mesmo que não possamos reduzir o patrimônio em si próprio. Os estudos cujo conhecimento é parcial, pois hiper especializado, não é questionado; a instituição que desempenha o seu papel tradicional de encantamento do mundo e ordenação de identidades coletivas; os antigos mineiros que permanecem no controle de sua história e não são espoliados pelos museus; os artistas e etnólogos que protestam têm um grão para moer e denunciar o descobrimento do patrimônio pelas instituições.

O patrimônio é ruptura quando é tornado físico pela instituição cultural. É um regime de ação que faz a ligação entre os tempos e a memória, quando é mobilizado por atores sociais que o utilizam para defender a sua intimidade cultural. Destaca-se, também, para terminar, que o patrimônio "institucional" e o patrimônio "intimidade cultural" estão ligados um ao outro por um paradoxo que merece a atenção, ao mesmo tempo, de pesquisadores e atores interessados pela patrimonialização, que eu chamaria de paradoxo do esquecimento patrimonial. Por sua ostentação, o patrimônio institucional monopoliza o olhar e o desvia da cozinha da história e da memória. Este patrimônio serve também para preservar a "intimidade cultural" do olhar curioso do turista.

Notas Finais

ⁱ Artigo originalmente publicado em Jornades Nacionals de Patrimoni Etnològic, 2010. Disponível em: <http://www20.gencat.cat/docs/CulturaDepartament/CULTURA_POPULAR_nova_web/05_Publicacions_i_recursos/02_recursos_i_documents/01_documents_jornades/documents/arxiu/SD_JNE_01.pdf>.

ⁱⁱ Artigo traduzido por Raimundo Freitas Aragão